



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

EDEGLEDSON SOUZA RODRIGUES DANTAS

**ANÁLISE DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO
SETOR PÚBLICO (NBCASP): UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA -
PB**

MONTEIRO/PB

2023

EDEGLEDSON SOUZA RODRIGUES DANTAS

ANÁLISE DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO
SETOR PÚBLICO (NBCASP): UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA - PB

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a Coordenação do curso de
Ciências Contábeis da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Pública

Orientador: Prof. Me. José Humberto do
Nascimento Cruz

MONTEIRO - PB

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

D192a Dantas, Edegledson Souza Rodrigues.
Análise das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) [manuscrito] : um estudo no município de Serra Branca - PB / Edegledson Souza Rodrigues Dantas. - 2023.
22 p : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2023.
"Orientação : Prof. Me. José Humberto do Nascimento Cruz, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCHE. "
1. Contabilidade Pública. 2. Contabilidade aplicada - NBCASP. 3. Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - IFRS. I. Título

21. ed. CDD 657.61

EDEGLEDSON SOUZA RODRIGUES DANTAS

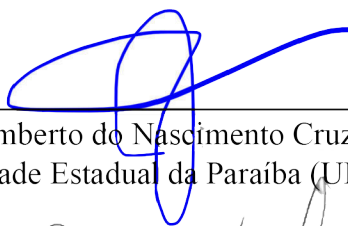
ANÁLISE DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO
SETOR PÚBLICO (NBCASP): UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA - PB

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a Coordenação do curso de
Ciências Contábeis da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

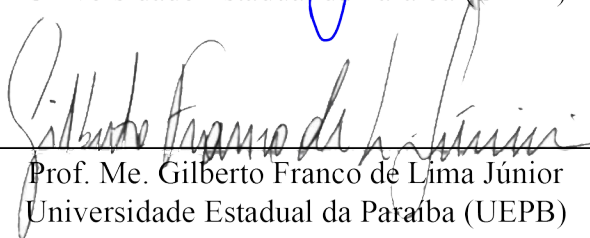
Área de concentração: Contabilidade Pública.

Aprovada em: 27 / 06 / 2023.

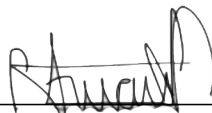
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. José Humberto do Nascimento Cruz (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Gilberto Franco de Lima Júnior
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Roger Ruben Huaman Huanca
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso aos meus pais Gilberto Rodrigues Dantas e Maria das Dores Souza, que de forma grandiosa me ensinaram a viver e proporcionaram a realização deste sonho. À minha namorada Katielli Santos e meu filho Gilberto Neto, pela compreensão, que sempre tiveram neste período. Ao meu irmão Marco Antônio que nos momentos difíceis esteve sempre ao meu lado. Dedico também a aquele que realmente me espelhou, o meu saudoso avô Inácio Felício.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pelo dom da vida e proteção, pela sua força e presença constante, e por me guiar à conclusão de mais uma preciosa etapa de minha vida, não sei o que seria de mim sem a fé que tenho em ti.

Aos docentes da UEPB, Campus VI, em especial ao Professor Humberto Cruz, que desde o primeiro dia de orientação mostrou sempre estar determinado a me ajudar, sem esquecer dos dias de professor.

Aos meus colegas que sempre me motivaram e estiveram sempre do meu lado, como também a todos que contribuíram direta ou indiretamente.

Muito obrigado!

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Escala Likert das Normas NBC TSP - Do Setor Público	15
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Contabilidade Pública	10
2.2 O processo de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada no setor público do brasil	11
2.3 Estudos recentes sobre o processo de convergência e implantação das novas normas de contabilidade	12
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	13
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	14
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	19
APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO	22

ANÁLISE DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (NBCASP): UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA - PB

ANALYSIS OF BRAZILIAN ACCOUNTING STANDARDS APPLIED TO THE PUBLIC SECTOR (NBCASP): A STUDY IN THE MUNICIPALITY OF SERRA BRANCA - PB

Edegledson Souza Rodrigues Dantas¹

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar a implementação das NBCASP no município de Serra Branca-PB e buscou resposta para a seguinte situação-problema: Como anda a implementação das NBCASP no município de Serra Branca-PB?. A pesquisa se caracterizou como um estudo de caso descritivo, de natureza qualitativa realizado no município paraibano de Serra Branca. O instrumento de pesquisa utilizado neste estudo foi um questionário com todas as Normas Aplicadas ao Setor Público com escala *Likert* de 1 a 5. Como verificado ao longo dos conteúdos as instituições públicas estão buscando por uma aplicação eficaz da NBCASP em suas atividades, algo que concede uma maior estabilidade nas informações. Pode-se concluir que a contabilidade aplicada ao Setor Público, principalmente no município de Serra Branca-PB aderiu ao IFRS, e passou por um momento ímpar, uma vez que esta exigência vem sendo atendida pelo inter-relacionamento das empresas, e também por seus usuários.

Palavras-chave: NBCASP. Contabilidade Pública. IFRS.

ABSTRACT

This work aimed to analyze the implementation of NBCASP in the municipality of Serra Branca-PB and sought an answer to the following problem situation: How is the implementation of NBCASP in the municipality of Serra Branca-PB? The research was characterized as a descriptive case study, of a qualitative nature, carried out in the municipality of Serra Branca in Paraíba. The research instrument used in this study was a questionnaire with all the Norms Applied to the Public Sector with a Likert scale from 1 to 5. As verified throughout the contents, public institutions are looking for an effective application of NBCASP in their activities, something that grants greater information stability. It can be concluded that the accounting applied to the Public Sector, mainly in the municipality of Serra Branca-PB, adhered to the IFRS, and went through a unique moment, since this requirement has been met by the interrelationship of the companies, and also by their users.

Keywords: NBCASP. Public Accounting. IFRS.

1 INTRODUÇÃO

A harmonização das normas contábeis é a necessidade da era globalizada moderna, porque vários fatores como investimentos transfronteiriços, interdependência no comércio, aumento da complexidade dos negócios, crise financeira e desaceleração global e mobilidade

¹ Graduando em Ciências Contábeis na Universidade Estadual da Paraíba, Campus VI.
E-mail: <edinhodofejiao@gmail.com>.

de capitais e pessoas em todo o mundo estão influenciando significativamente a economia mundial (GONÇALVES; MENDONÇA; CARVALHO, 2014; LIMA; NASCIMENTO, 2010).

Considerado um dos principais órgãos de regulamentação da contabilidade o IFRS (*International Financial Reporting Standards*), alguns ajustes foram sendo aplicados e apresentados dentro das rotinas, a fim de conceder uma maior estabilidade nas atividades contábeis. “A adoção obrigatória plena do padrão *International Financial Reporting Standards* (IFRS) teve início no Brasil em 2010, após um período de transição iniciado em 2008” (SANTOS; PONTE; MAPURUNGA, 2014, p. 162). Conforme os autores, a partir da harmonização das normas, o Brasil passou a integrar um sistema de informação mundial comparável e transparente, resultando assim em uma melhora na qualidade contábil e em benefícios para as empresas no mercado de capitais.

A crescente necessidade de uma maior comparabilidade do *financial reporting* entre os países, derivada dessas transações internacionais causadas pela globalização, levou ao surgimento da contabilidade internacional, a saber, o ramo da contabilidade que estuda as normas contábeis com o intuito de se conseguir a convergência entre os diferentes países para solucionar os problemas decorrentes das divergências oriundas do cenário atual (NIYAMA, 2005 *apud* IKUNO et al., 2010, p. 144).

Por meio dos procedimentos e métodos contábeis apresentados pelo *International Financial Reporting Standards* as relações entre empresas de países diferentes puderam ser realizadas de forma eficiente observando principalmente as necessidades de informações financeiras ou econômicas dentro do mercado internacional. Todos os pontos providenciados pelo IFRS buscam consolidar ainda mais as atividades contábeis no mundo, verificando que antes do mesmo a contabilidade era promovida de formas variadas nos países, algo que dificultava a interação entre as empresas mundialmente.

Essa adoção das IFRS em nível mundial é uma transformação econômica significativa e deu origem a uma importante linha de investigação. Este artigo analisa a literatura empírica sobre as consequências da adoção das IFRS. A investigação empírica possibilita avaliar o impacto da alteração de normas na qualidade do relato financeiro, assim como os efeitos de tal alteração no mercado de capitais, podendo, ainda, contribuir para o esclarecimento dos fatores que influenciam as consequências da alteração (POPE; MCLEAY, 2011 *apud* LOURENÇO; BRANCO; CASTELO, 2015, p. 1).

Deste modo, tais conhecimentos se tornam fundamentais para os reguladores de países que se encontram em processo de harmonização das normas, mas, também, para os reguladores de países que já realizaram visando melhorar a implementação das IFRS. De acordo com o que foi abordado, buscou-se resposta para a seguinte situação-problema: **Como anda a implementação das NBCASP no município de Serra Branca-PB?**

Visando atender ao problema de pesquisa, têm-se como objetivo geral analisar a implementação das NBCASP no município de Serra Branca-PB. Como objetivos específicos, buscou-se:

- Verificar se as instituições públicas estão buscando aplicar de forma eficaz as NBCASP;
- Identificar os benefícios da implementação das NBCASP de forma eficaz no município de Serra Branca-PB;
- Demonstrar a importância da NBCASP nas instituições do Setor Público.

Observando que a contabilidade é um dos principais instrumentos de descrição, apresentação e análise das movimentações financeiras ou econômicas realizadas em diversas esferas. A pesquisa justifica-se como uma forma de consolidar que além de ser uma importante ramificação da contabilidade, a contabilidade pública passou a comprovar a falta de ética em

certas posturas dos governantes, como também evidenciar de forma detalhada como os valores arrecadados por meio dos impostos estão sendo retornados para os cidadãos.

Pode-se destacar ainda como justificativa do desenvolvimento da pesquisa, a consolidação da contabilidade do ambiente público como uma forma de evidenciar aos cidadãos, uma forma de observar as informações descritas e as movimentações ou atividades realizadas dentro do ambiente público. Algo que vem se tornando primordial no campo social, político e financeiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade Pública

Além de ser uma importante ramificação da contabilidade, a Contabilidade Pública passou a comprovar a falta de ética em certas posturas dos governantes, como também evidenciar de forma detalhada como os valores arrecadados por meio dos impostos estão sendo retornados para os cidadãos.

A evidenciação das práticas governamentais se tornou ao longo dos últimos anos algo fundamental para os cidadãos, sendo dessa forma identificado a importância de se ter uma área da contabilidade especializada no segmento e capaz de destacar por meio de seus procedimentos como foram aplicados os montantes recebidos.

A definição dada por Kohama (2016) diz que o serviço público é disponibilizado através de um Estado organizado com o objetivo de conciliar suas ações de modo a promover e satisfazer o bem comum da sociedade. E a Administração além de gerir, prestar e executar os serviços públicos, é também responsável por governar, direcionar e exercer suas funções objetivando alcançar resultados úteis.

Por meio da Contabilidade Pública alguns procedimentos foram criados como uma possível ferramenta de analisar tudo que envolve os custos envolvidos nas atividades públicas realizadas, destacando por meio de relatórios todos os valores envolvidos em certas práticas realizadas pelos governantes ou representantes públicos.

Segundo Silva (2013, p. 16):

a Contabilidade Pública está intimamente ligada com regime democrático adotado pelos Estados Modernos, pois quando exerce o poder, se exerce em nome do povo, e todos os aspectos da contabilidade encontram-se em um ambiente propício para suas elaborações teóricas e para suas aplicações práticas. Assim todo avanço da autocracia do despotismo implica ao retrocesso da contabilidade como integrante do sistema de informações do Governo.

Avaliando que nos últimos anos algumas medidas foram sendo adotadas buscando consolidar ainda mais as informações contidas e apresentadas pelos órgãos públicos, verifica-se que a contabilidade pode ser um instrumento muito necessário e importante na busca por uma maior consolidação das informações financeiras apresentadas pelos órgãos ou instituições públicas.

Dessa forma, pode-se observar a relevância da Contabilidade Pública dentro da rotina social, assim como a fundamentação para o seu desenvolvimento junto aos órgãos contábeis. Buscando conceder uma maior transparência, assim como proporcionar uma unificação dos principais relatórios a serem apresentados quanto as movimentações promovidas junto as organizações.

A Contabilidade Pública constitui-se como um subsistema de informação contábil encarregado de mensurar os diversos eventos financeiros, econômicos e sociais realizados por entidades pertencentes ao setor público, de forma que, quando comunicada por meio das demonstrações contábeis, melhore ostensivamente a gestão, o controle e a gestão dos recursos do Estado por aqueles que têm essa competência (SANTOS, 2018).

Portanto, entende-se que não é macro contabilidade nem de sociedade sem fins lucrativos, mas sim um método de registo aplicado individualmente às entidades que participam no sector público, no caso das entidades que assumem a forma de entidades ainda que o titular é o Estado, deve adaptar-se às técnicas contabilísticas estabelecidas para este tipo de empresa. Se se tratar de figuras jurídicas reservadas à administração, a contabilidade deve ser legalmente estabelecida como contabilidade orçamental patrimonial ou uma combinação de ambos os sistemas.

2.2 O processo de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada no setor público do Brasil

A Contabilidade, como ciência social, trabalha no sentido de desenvolver um método de apoio à aplicação de seus artefatos técnicos, também na perspectiva de uma “linguagem universal de negócios”. A premissa, portanto, é que essa “linguagem” - a Contabilidade - deve ser capaz de gerenciar, de acordo com seus padrões de mensuração de eventos econômicos e informações, um contexto de comunicação com abrangência local e global ao mesmo tempo (ANTHONY, 2013).

No entanto, variáveis culturais vigentes entre países, entre países que pertencem ao mesmo bloco econômico e até mesmo entre regiões de um mesmo país, despertam os chamados “linguísticos” desafios para a Contabilidade, que fragilizou ou pelo menos adiou suas intenções conceituais e práticas de universalização.

O desenvolvimento de uma linguagem única e comum, a ser utilizada como estrutura contábil universal, aponta para a definição de uma taxonomia, estruturada em um sistema hierárquico de termos, no mesmo sentido atribuído, por exemplo) à organização adotada nas ciências biológicas, com gênero, espécie, filos, classes, ordens etc. Na Contabilidade, busca-se um padrão de comunicação para apoiar a linguagem universal pretendida (ANTHONY, 2013).

Tendo em vista a complexidade e a gama de transações entre organizações públicas ou privadas, a avaliação contínua e dinâmica dos eventos que promovem mudanças patrimoniais quantitativas ou qualitativas permanece um desafio. Portanto, os procedimentos precisam ser orientados por princípios e normas, que consistem em expressões do direito positivo, que a partir dos princípios estabelecem ordens sobre como fazer as coisas, envolvendo técnicas, procedimentos, métodos e critérios, considerando os aspectos de substância, bem como de forma.

Para Manzano e Conesa (2015) um aspecto relevante é entender a enorme dificuldade que os membros das entidades contábeis regulatórias enfrentam. Eles experimentam grandes dualidades, incluindo a necessidade de definir se o número de padrões deve aumentar, acompanhando todas as novas operações que as empresas realizam, ou se a regulamentação deve ser baseada em princípios.

No Brasil, ao contrário de outros países, o processo de convergência ocorreu em etapas distintas e sucessivas. A primeira fase, que se caracterizou como um período de transição, teve início em 2008 após a instituição da Comissão de Pronunciamentos Contábeis (APC), alteração da Lei 6.404/76 e instituição do regime transitório de tributação. O segundo teve início em

2010, o que exigiu que as empresas adotassem integralmente as novas normas contábeis (MANZANO; CONESA, 2015).

O mercado de capitais brasileiro apresenta algumas características que o distinguem dos mercados desenvolvidos, como a fraca fiscalização, regida pelo modelo de stakeholders, alta volatilidade, influência governamental e concentração acionária na presença de estruturas piramidais. Almeida e Rodrigues (2015), investigaram os efeitos da convergência, rastreamento de analistas e dupla listagem na divulgação voluntária de informações econômicas, financeiras, organizacionais, sociais e ambientais.

Dessa forma, podemos conjecturar que o processo de mudança nas normas contábeis, resultado da convergência às normas internacionais, submeteu as empresas brasileiras a um novo regime de exigências de divulgação obrigatória que pode ter alterado significativamente o nível de divulgação voluntária.

2.3 Estudos recentes sobre o processo de convergência e implantação das novas normas de contabilidade

A globalização dos mercados de capitais tem um grande impacto sobre a convergência internacional das normas contábeis. Recentemente, tem havido esforços consideráveis para alcançar a convergência internacional da contabilidade, reduzindo as diferenças entre as práticas contábeis entre os países. Entre os esforços de convergência internacional das normas contábeis, o International Accounting Standards Board (IASB).

A eficiência e a competitividade dos mercados de capitais globais dependem da capacidade dos preparadores das demonstrações financeiras de se comunicarem efetivamente com os investidores por meio de relatórios financeiros. Para avaliar o potencial de convergência, Leite (2011) comparou as perspectivas de acadêmicos e profissionais em relação à convergência a um conjunto de normas contábeis globais.

As Normas de Contabilidade são os documentos de política (declarações oficiais das melhores práticas contábeis) emitidos por órgãos de contabilidade especializados reconhecidos relacionados a vários aspectos de medições, tratamentos e divulgações de transações e eventos contábeis, conforme relacionados à codificação dos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (GAAP). Estas são consideradas as normas de políticas e práticas contabilísticas através de códigos ou diretrizes que orientam a forma como as rubricas que constituem as demonstrações financeiras devem ser tratadas nas contas e apresentadas nas contas anuais (BENEDICTO; LEITE, 2011).

Convergência refere-se ao processo de redução das diferenças entre as Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) e as normas contábeis específicas de cada país. Os níveis de convergência de padrões são agrupados em quatro categorias: convergência total, convergência substancial, diferença substancial e diferença completa.

O rápido crescimento do comércio internacional e da internacionalização das empresas, o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e o surgimento de forças competitivas internacionais estão perturbando amplamente o ambiente financeiro.

Nesse cenário global de negócios, os residentes da comunidade empresarial precisam urgentemente de uma linguagem de contabilidade comum que deva ser falada por todos eles em todo o mundo. Um sistema de relatórios financeiros de padrão global é um pré-requisito para atrair investidores estrangeiros e atuais e potenciais em casa, o que deve ser alcançado por meio da convergência dos padrões de contabilidade.

Atualmente o Brasil está passando por um processo de convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais de contabilidade. Ao término desse processo, as normas contábeis brasileiras estarão harmonizadas com as normas internacionais de contabilidade, conseqüentemente haverá uniformidade entre as demonstrações contábeis brasileiras e as de outros países que aderirem ao processo.

De acordo com Perez Junior (2019) a divergência nas normas contábeis não significa apenas custo adicional de relatórios financeiros, mas também causa dificuldades para os grupos multinacionais na maneira como realizam as transações. É bem possível que uma transação dê origem a um lucro sob uma norma contábil, ao passo que pode exigir um diferimento sob outra norma.

Quando uma empresa multinacional tem que apresentar relatórios de acordo com os padrões de ambos os países, isso pode levar a alguns resultados extremamente estranhos (SILVA; NIYAMA, 2011). As contagens regressivas para a convergência dos padrões contábeis nacionais e internacionais e uma melhoria na qualidade dos relatórios financeiros em nível global são mais bem monitoradas cronologicamente.

Uma contabilidade e relatórios financeiros sólidos, imparciais e transparentes são a base fundamental de nossos mercados de capitais altamente participativos e complexos, de nosso bem-estar econômico e de nosso modo de vida. As leis territoriais prevaletentes contribuem significativamente para as variações entre os padrões de contabilidade de um país e do outro. Como sabemos que é uma era de globalização, não há fronteira conceitual entre as nações. Assim, a obtenção de um único conjunto de padrões contábeis e de relatórios é a demanda da época e estaremos para trás se este processo de convergência levar mais tempo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho optou por um processo metodológico o qual se denomina Estudo de Caso realizado no município de Serra Branca localizada no Cariri Paraibano. Primeiramente, um método é conceituado segundo Moresi (2003) como sendo uma junção de métodos pelos quais se torna plausível conhecer uma determinada realidade, produzir determinado objeto ou desenvolver certos métodos ou comportamentos.

Quanto aos objetivos, entende-se como descritiva, pois buscou analisar a implementação das NBCASP no município de Serra Branca-PB.

Quanto aos procedimentos, se configura como um estudo de caso, já que foi realizado um estudo sobre a aplicação das NBCASP no município de Serra Branca no ano de 2023.

Quanto a abordagem do problema, caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, tendo em vista que como dito anteriormente esta pesquisa tem como objetivo implementação das NBCASP em uma instituição pública do município de Serra Branca-PB.

O instrumento de pesquisa utilizado neste estudo é um questionário com todas as Normas Aplicadas ao Setor Público com escala *Likert* de 1 a 5 (Discordo Totalmente, Discordo, Neutro, Concordo e Concordo Totalmente) via *Google Forms*. A aplicação da pesquisa em questão foi realizada no município do cariri paraibano de Serra Branca.

No que se refere a análise e tratamento dos dados foram analisados conforme sua escala de opinião e realizado o confrontamento com a teoria coletada na literatura pertinente a temática de Contabilidade Pública.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A definição dada por Kohama (2013) diz que o serviço público é disponibilizado através de um Estado organizado com o objetivo de conciliar suas ações de modo a promover e satisfazer o bem comum da sociedade. E a Administração além de gerir, prestar e executar os serviços públicos, é também responsável por governar, direcionar e exercer suas funções objetivando alcançar resultados uteis.

Por meio da gestão pública alguns procedimentos foram criados como uma possível ferramenta de analisar tudo que envolve os custos envolvidos nas atividades públicas realizadas, destacando por meio de relatórios todos os valores envolvidos em certas práticas realizadas pelos governantes ou representantes públicos.

A definição bem-sucedida de um processo para que todas as organizações em um país, e depois em diferentes países, usem um mesmo conjunto de regras, procedimentos e conceitos contábeis deriva de um fenômeno mais amplo e complexo que combina o desenvolvimento e o acesso cada vez mais fácil à informação e tecnologias de comunicação (TICs); o crescimento do comércio internacional; e o impacto das sucessivas crises de confiança decorrentes da falta de integridade de dirigentes, conselhos e auditores em grandes organizações públicas e privadas.

Por outro lado, a Contabilidade, como ciência social, trabalha para desenvolver um método que suporte à aplicação de seus artefatos técnicos, também segundo uma perspectiva de “linguagem empresarial universal”. A premissa, portanto, é que essa “linguagem” – a Contabilidade – deve ser capaz de gerir, de acordo com seus padrões de medição e informação de eventos econômicos, um contexto de comunicação com abrangência local e global ao mesmo tempo.

A adoção de um padrão contábil implica em uma informação de maior qualidade; as assimetrias informacionais entre investidores e empresas poderão ser minimizadas e a contabilidade estará contribuindo para a alocação de recursos na economia (TOLEDO JR., 2013).

Relatando sobre o aperfeiçoamento da prática contábil pode-se citar a CFC N 1055/2005, que tem como ponto principal a emissão dos relatórios técnicos de forma uniformes, uma vez que podia ser observada a diferença entre a contabilidade brasileira e os padrões internacionais praticados (KOHAMA, 2013). Essas mudanças podem ter ocorrido e ainda continuar ocorrendo, porém nenhuma delas fez a contabilidade perder sua essência que é demonstrar a situação do patrimônio das organizações, dando total apoio e base para o processo decisório da empresa, independente das atividades a serem executadas.

As práticas básicas inovadoras (essenciais) são simplesmente responsáveis por todas as ondas de progresso do sistema moderno. Rocha e Pinho (2013) ao participar do HSM Innovation and Growth Forum, disse, “é necessário aproveitar os benefícios da inovação, e isso faz com que as instituições tenham mente aberta e mudem sua cultura, sejam protetoras de sua propriedade intelectual, superem barreiras internas que podem surgir e tentar estabelecer novos mecanismos de inovação. A Contabilidade no Brasil adotará as Normas Internacionais de Contabilidade, comumente conhecidas como Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) a partir de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007.

A contabilidade governamental brasileira é afetada por dois processos de reforma: a implementação da contabilidade de exercício e a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS). Conforme a Tabela 1, o município de Serra Branca preencheu a escala *Likert*:

Tabela 1 - Escala Likert das Normas NBC TSP - Do Setor Público

	Normas NBC TSP - Do Setor Público	1	2	3	4	5
1	NBC TSP 01 - Receita de Transação sem Contraprestação				x	
2	NBC TSP 02 - Receita de Transação com Contraprestação				x	
3	NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes					x
4	NBC TSP 04 – Estoques			x		
5	NBC TSP 05 - Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente				x	
6	NBC TSP 06 - Propriedade para Investimento					x
7	NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado					x
8	NBC TSP 08 - Ativo Intangível				x	
9	NBC TSP 09 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa					x
10	NBC TSP 10 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa					x
11	NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis					x
12	NBC TSP 12 - Demonstração dos Fluxos de Caixa					x
13	NBC TSP 13 - Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis					x
14	NBC TSP 14 - Custos de Empréstimos				x	
15	NBC TSP 15 - Benefícios a Empregados					x
16	NBC TSP 16 - Demonstrações Contábeis Separadas					x
17	NBC TSP 17 - Demonstrações Contábeis Consolidadas				x	
18	NBC TSP 18 - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto				x	
19	NBC TSP 19 - Acordos em Conjunto					x
20	NBC TSP 20 - Divulgação de Participações em Outras Entidades				x	
21	NBC TSP 21 - Combinações No Setor Público					x
22	NBC TSP 22 - Divulgação sobre Partes Relacionadas				x	
23	NBC TSP 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro					x
24	NBC TSP 24 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis				x	
25	NBC TSP 25 - Evento Subsequente				x	
26	NBC TSP 26 - Ativo Biológico e Produto Agrícola				x	
27	NBC TSP 27 - Informações por Segmento					x
28	NBC TSP 28 - Divulgação de informação Financeira do Setor Governo Geral					x
29	NBC TSP 29 - Benefícios Sociais					x
30	NBC TSP 30 - Instrumentos Financeiros: Apresentação				x	
31	NBC TSP 31 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração					x

produzir valores de custo. Em segundo lugar, a convergência para as IPSAS revelou uma lacuna entre elas e as práticas contábeis do setor público no Brasil. No fundo, a passagem para o regime de competência ocorre em simultâneo com a convergência para as IPSAS, estando o seu processo centralizado no Tesouro, que tem objetivos fixados para além das capacidades humanas e tecnológicas necessárias à sua adoção.

Ao realizar qualquer procedimento com o dinheiro público torna-se necessário por meio da lei de responsabilidade fiscal um total cuidado, procurando sempre o aplicar da melhor maneira possível e sempre favorecer aos cidadãos. O procedimento de responsabilidade busca dar aos representantes assim como aos órgãos públicos a responsabilidade de lidar com dinheiro público, respondendo os mesmos pelas ações contrárias as descritas na lei de responsabilidade fiscal, uma vez que a lei apresenta de forma clara os pontos a serem cumpridos por todo e qualquer órgão (AZEVEDO, 2006).

Por meio da responsabilidade fiscal podemos tomar conhecimento dos mínimos detalhes, como também analisar se os fatos contidos nos demonstrativos fixados em sites ou meios de comunicação estão realmente expressando a verdade. Vale ressaltar que são inúmeros o caso de valores descritos de forma arbitrária, sendo depois aberto processo pelo órgão fiscalizador para realizar o procedimento de apuração dos fatos apresentados e dos valores gastos efetivamente.

Dessa maneira a aplicação da responsabilidade fiscal aos órgãos ou entes públicos se torna hoje uma das principais ferramentas para a sociedade, uma vez que por meio da mesma podemos observar todo o comportamento financeiro de determinados representantes públicos. Caso o mesmo venha a apresentar um comportamento contrário ao esperado os cidadãos por meio da responsabilidade fiscal podem cobrar certas medidas junto ao poder judiciário ou mesmo apresentar em forma de relatório as observações realizadas ao tribunal eleitoral cobrando dessa forma uma explicação de tal governante.

Em relação às Diretrizes para Convergência às Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicadas ao Setor Público - IPSAS, Antonovz, Santos e Costa (2017) declara no jornal CRC MG, que sua adoção "é realista e alcançável, mas não é rápida. A transparência nas manifestações públicas é essencial para os governos que usam ou pretendem usar os recursos de forma eficiente e eficaz".

No Brasil, a aprovação inicial da NBCASP, tendo em vista os Rocha e Pinho (2013), representa: "O surgimento de novas demandas sociais que incluem a exigência de um novo padrão de informação gerado pelas contas públicas, e que suas declarações - parte essencial das verificações e balanços dos gestores públicos - deve ser proporcionado aos seus usuários e a toda a sociedade: uma interpretação adequada das mudanças igualitárias no setor público; acompanhar o processo orçamentário e a análise dos resultados financeiros e do fluxo de caixa".

A emissão da Resolução CFC nº 1.136/08, que aprovou a NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão, "tornou-se obrigatória a partir do exercício social de 2012, que é o registro da depreciação acumulada dos bens do ativo imobilizado" (DINIZ et al., 2015).

Com relação ao registro público de bens patrimoniais, a T NBCASP 16.9 estabelece que a depreciação, exaustão ou amortização do valor deve ser calculada mensalmente, com o devido registro nas contas do resultado. E isso deve ser reconhecido até que o valor contábil do ativo seja igual ao valor residual. O valor residual e a vida útil de um ativo devem ser revistos pelo menos no final de cada exercício (LINO et al. 2019).

Analisando isso, Anthony (2013) aponta que as demonstrações financeiras do setor público terão mudanças a partir do momento em que a depreciação do ativo imobilizado for incluída em seus relatórios. Acima de tudo, para atender ao princípio da competência, o ente

público deve arcar com os custos de propriedade (depreciação) pela utilização deste veículo mensalmente.

Para Fragoso et al. (2012), o ente público terá autonomia na adoção de taxas anuais de depreciação, que dependem da vida útil estimada de cada bem, que por sua vez está diretamente ligada à política adotada pelo ente no uso desse direito. Com a conclusão do cálculo da depreciação, e o efetivo registro de seu lançamento na Contabilidade Pública, certamente ocorrerão alterações no Plano de Contas, Balanço, Demonstração do Resultado do Orçamento (DRE), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DVP) e Demonstrativo no Fluxo de Caixa Indireto (DINIZ et al., 2015).

O autor ainda diz que de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a depreciação começa a partir do momento em que o ativo fica disponível para uso. Portanto, é necessário formar uma base para o cálculo inicial. Assim, o valor de aquisição, produção ou construção inclui um gasto adicional ou complementar ao bem instituído e às condições operacionais pretendidas pela administração.

O valor residual, por sua vez, foi baseado no valor percentual, conforme citado por Lino et al. (2019), onde o imóvel incluído em cada conta contábil tem vida útil e padrão de valor residual. Já para imóveis, a depreciação será calculada exclusivamente com base no custo de construção, menos o valor do terreno.

O item 6 da NBC T 16.09.08 dispõe que, o *impairment* deve ser reconhecido até que o valor contábil líquido se iguale ao valor residual. Assim, mesmo que o poço seja temporariamente retirado de operação ou se torne obsoleto, a depreciação não cessa (ANTONOVZ; SANTOS; COSTA, 2017).

No entanto, nem todos os ativos são depreciados. Conforme Lourenço e Branco (2015), a NBCASP 16.9 inscreve os bens que não estão sujeitos ao regime de depreciação da seguinte forma: Produtos materiais de natureza cultural, como obras de arte, antiguidades, documentos, bens de interesse histórico, bens integrados a acervos, entre outros; produtos de uso comum que absorvam ou absorvam recursos públicos, considerados tecnicamente, com vida útil indefinida; animais destinados à exposição e preservação; terras rurais e urbanas.

Observando as informações apresentadas e avaliando o município de Serra Branca – PB, pode-se destacar que a aplicação das normas dentro das rotinas do setor público vem sendo algo trabalhado e realizado por parte dos contadores. Dando as informações apresentadas ao longo dos demonstrativos contábeis públicos uma maior consolidação ou eficiência.

Vale destacar que os contadores no campo público devem ter um conhecimento amplo sobre as normas bases para as rotinas contábeis, assim como uma consolidação prática de como desenvolver ou aplicar as normas ao longo das atividades desenvolvidas, algo que pode ser fundamental para consolidação dos demonstrativos e documentos contábeis, financeiros e econômicos relacionados as atividades do município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inovações que estão acontecendo nas instituições de pesquisa do setor público têm grande impacto na contabilidade, e os fornecedores, que terão que rever seus conceitos, precisam se atualizar diante do contexto atual. São fundamentais: ampla transmissão do conhecimento e sua aplicação padrão, por meio de cursos, seminários, orientações, disponibilização de material de consultoria e capacidade de mostrar o real valor de seus bens, objeto da contabilidade.

Como verificado ao longo dos conteúdos as instituições públicas estão buscando por uma aplicação eficaz da NBCASP em suas atividades, algo que concede uma maior estabilidade nas informações, assim como um rendimento eficiente quanto a integração dos dados gerados no âmbito financeiro e econômico, dando aos gestores e indivíduos uma oportunidade de acompanhar todos os processos realizados pelas organizações públicas.

No que se refere ao município de Serra Branca – PB pode-se considerar que ao longo dos anos a NBCASP vem sendo devidamente aplicada na rotina das atividades financeiras e contábeis, promovendo uma maior descrição de todas as movimentações e atividades realizadas nesse município. Algo que se torna fundamental para os cidadãos, assim como um acompanhamento devido por parte dos órgãos fiscalizadores.

Sendo uma das normas mais observadas e praticadas dentro do município por parte do contador público, a NBC TSP 11, onde são apresentados todos os documentos ou relatórios contábeis fundamentais para os cidadãos, sua publicação sendo realizada dentro do prazo estabelecido e com as devidas análises dos índices financeiros e econômicos desenvolvidos ao longo do período de apuração.

Pode-se concluir que a contabilidade aplicada ao Setor Público, principalmente no município de Serra Branca-PB, aderiu ao IFRS, e passou por um momento ímpar, uma vez que esta exigência vem sendo atendida pelo inter-relacionamento das empresas, e também por seus usuários. Tal procedimento permitirá à sociedade comparar as demonstrações financeiras de todos os entes (federais, estaduais e municipais). Junto com o processo de transparência das contas públicas, permitirá que as sociedades e organizações (sindicatos, ONGs, órgãos) avaliem melhor a gestão dos governantes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. E. F.; RODRIGUES, H. S. **Effects of IFRS, analysts and ADR on voluntary disclosure of Brazilian Public Companies**. Fórum de Pesquisa do PPGCC - FEA-USP, São Paulo, SP, Brasil. 2015.
- ANTHONY, R. T. **Rethinking the Rules of Financial Accounting – Examining the Rules for Proper Reporting**. McGraw-Hill (USA), 2013.
- ANTONOVZ, T.; SANTOS, M. R.; COSTA, M. C. Análise da aderência das normas de tratamento contábil da depreciação, amortização e exaustão dos itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos - evidências da IFES Brasileiras à luz da Teoria Institucional. **XVI Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria (XVI CICA)**. 2017.
- AZEVEDO, B. M. **O processo orçamentário brasileiro pós 1994**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- BENEDICTO, G. C.; LEITE, J. S. J. **Manual de contabilidade internacional: IFRS – US Gaap – BR Gaap - teoria e prática**. São Paulo: Cengage Learnig, 2011.
- DINIZ, J. A.; SILVA, S. F.; SANTOS, L. D.; MARTINS, V. G. Vantagens da Implantação das Ipsas na Contabilidade Pública Brasileira: Análise da percepção dos membros do GTCON. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 9, n. 3, p. 275-294, 2015.

FRAGOSO, A. R. et al. Normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público e o desafio da convergência: uma análise comparativa IPSAS e NBCTSP. **REPeC**, v. 6, n. 4, p. 434-447, out./dez. 2012.

GONÇALVES, D. F.; MENDONÇA, F. S.; DE CARVALHO, I. M. O advento da globalização e o efeito na Contabilidade brasileira. **Revista Interatividade**, v. 2, n. 1, p. 155-164, 2014.

IKUNO, L. M. et al. Contabilidade internacional: uma análise da produção científica sobre os principais periódicos internacionais da área (2000 a 2009). In: **CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA**, X. 2010.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública: teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2013.

KOHAMA, H. **Balancos Públicos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LIMA, I. G.; NASCIMENTO, J. O. Contabilidade Internacional: Um estudo acerca da classificação dos sistemas contábeis G5 e G7. In: **VII Convibra Administração–Congresso Virtual Brasileiro de Administração. Anais**, p. 1-17, 2010.

LIMA, R. L.; LIMA, D. V. Experiência do Brasil na implementação das IPSAS. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 16, n. 38, p. 166-184, 2019.

LINO, A. F. et al. A falta de trabalho institucional e mudanças organizacionais incompletas em municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 2, p. 375–391, 2019.

LOURENÇO, I. M. E. C.; BRANCO, M. E. M. de A. D. C. Principais consequências da adoção das IFRS: análise da literatura existente e sugestões para investigação futura. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, p. 126-139, 2015.

MANZANO, M. P.; CONESA, I. M. El proceso de armonización contable en latinoamérica: camino hacia las normas internacionales. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, n. 39, p. 103-117, Set./Dez. 2015.

MORESI, E. **Metodologia da pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, v. 108, n. 24, p. 5, 2003.

PEREZ JUNIOR, J. H. **Conversão das demonstrações contábeis**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

ROCHA, J. P. V.; PINHO, V. G. A Nova Contabilidade Pública e a Mensuração das Receitas Tributárias sob o Enfoque Patrimonial: Perspectivas para a Atuação dos Tribunais de Contas no Controle da Renúncia Fiscal. **Revista Controle - Doutrina e Artigos**, v. 11, n. 2, p. 63–79, 2013.

SANTOS, E. S.; PONTE, V. M. R.; MAPURUNGA, P. V. R. Adoção obrigatória do IFRS no Brasil (2010): índice de conformidade das empresas com a divulgação requerida e alguns fatores explicativos. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 25, p. 161-176, 2014.

SANTOS, R. F. **Introdução à contabilidade: noções fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2018.

SILVA, C. A. T.; NIYAMA, J. K. **Contabilidade para concursos e exame de suficiência**. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, V. L. **A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 2. ed. São Paulo, Atlas, 2013.

TOLEDO JR., F. C. A Nova Contabilidade Pública. Conteúdos. Polêmicas. Controles. **Revista Controle - Doutrina e Artigos**, v. 11, n. 2, p. 303–313, 2013.

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO

Olá, sou Edegleudson Souza Rodrigues Dantas e este questionário refere-se ao meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado ANÁLISE DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (NBCASP): UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA, sob a orientação do Prof. Me. José Humberto do Nascimento Cruz. Gostaria que respondesse, se possível, colaborando com minha pesquisa, na certeza de que seus dados serão preservados em sigilo. Agradeço a atenção.

Avalie se concorda ou discorda acerca da implementação das normas da NBC TSP. Depois marque um “X” no grau de sua concordância. A escala varia de discordo totalmente (1) até concordo totalmente (5).

Normas NBC TSP - Do Setor Público	1	2	3	4	5
NBC TSP 01 - Receita de Transação sem Contraprestação					
NBC TSP 02 - Receita de Transação com Contraprestação					
NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes					
NBC TSP 04 – Estoques					
NBC TSP 05 - Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente					
NBC TSP 06 - Propriedade para Investimento					
NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado					
NBC TSP 08 - Ativo Intangível					
NBC TSP 09 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa					
NBC TSP 10 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa					
NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis					
NBC TSP 12 - Demonstração dos Fluxos de Caixa					
NBC TSP 13 - Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis					
NBC TSP 14 - Custos de Empréstimos					
NBC TSP 15 - Benefícios a Empregados					
NBC TSP 16 - Demonstrações Contábeis Separadas					
NBC TSP 17 - Demonstrações Contábeis Consolidadas					

NBC TSP 18 - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto					
NBC TSP 19 - Acordos em Conjunto					
NBC TSP 20 - Divulgação de Participações em Outras Entidades					
NBC TSP 21 - Combinações No Setor Público					
NBC TSP 22 - Divulgação sobre Partes Relacionadas					
NBC TSP 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro					
NBC TSP 24 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis					
NBC TSP 25 - Evento Subsequente					
NBC TSP 26 - Ativo Biológico e Produto Agrícola					
NBC TSP 27 - Informações por Segmento					
NBC TSP 28 - Divulgação de informação Financeira do Setor Governo Geral					
NBC TSP 29 - Benefícios Sociais					
NBC TSP 30 - Instrumentos Financeiros: Apresentação					
NBC TSP 31 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração					
NBC TSP 32 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Contabilidade de Hedge - Aplicação Residual)					
NBC TSP 33 - Instrumentos Financeiros: Divulgações					
NBC TSP 34 - Custos no Setor Público					
NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público. * a NBC T 16.11 será revogada pela TSP 34 a partir de 1º/01/2024					